



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 010

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Tadeu Veneri
PDT Barbosa Neto
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 010**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	03
Discussão / Votação:	
Discussão Única (Projeto de	
Decreto Legislativo 001/06)	03
Parecer da Comissão Especial:	
Dep. Durval Amaral	04
Encaminhamentos:	
Dep. Elza Correia	04
Dep. Jocelito Canto	04
Dep. José Maria Ferreira	05
Dep. Durval Amaral	05
Dep. Valdir Rossoni	06
Dep. Barbosa Neto	06
Dep. Dobrandino da Silva	06
Dep. André Vargas	07
Dep. Ângelo Vanhoni	07
Votação	08
Encerramento da Sessão	08
Publicações:	
Presidência:	
Decreto Legislativo	08
Comissão Executiva:	
Atos	09
Diretoria Geral:	
Portarias	10

001ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 001ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA ESPECIAL
REALIZADA EM
07 DE MARÇO DE 2006**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Jocelito Canto e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Presenças:

Às quinze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Pastor Edson Praczyk, José Domingos Scarpellini, Luiz Accorsi, Mauro Moraes, Natálio Stica, Nelson Justus e Ratinho Júnior (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Ordinária.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não havendo Expediente a ser lido, nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente e nem no Horário das Lideranças, passamos à Ordem do Dia, com a presença de 46 Srs. Deputados.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

Discussão Única

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - do Projeto de Decreto Legislativo nº 001/06 - Mensagem nº 012/06, de autoria do Poder Executivo, aprovando o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para o cargo de Procurador-Geral da Justiça. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/06

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aprovado o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral da Justiça, com mandato de 02 (dois) anos, contados a partir da data da posse.

Art. 2º Esta Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 06.03.2006.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

COMISSÃO ESPECIAL

Oriundo da Mensagem Governamental nº 12/06, de 24 de fevereiro de 2006, foi recebida pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a indicação do nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral da Justiça.

O Dr. Milton Riquelme de Macedo já realizou um excelente trabalho na sua primeira gestão como Procurador-Geral de Justiça, o que cria uma grande expectativa

de novas realizações junto ao Ministério Público do Estado caso o nome seja aprovado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável à aprovação do nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral da Justiça.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) ADEMAR TRAIANO - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

OFÍCIO Nº 367/06-GAB

Curitiba, 22 de fevereiro de 2006.

Senhor Governador:

Cumprimentando-o, honra-me passar às mãos de V. Exa. a anexa lista formada em eleição destinada à escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, de acordo com o contido no artigo 16 e seus parágrafos, da Lei Complementar Estadual nº 85, de 27/12/99.

Colocando-me à disposição de V. Exa. consigno-lhe a garantia da minha mais alta consideração, a par de especial apreço.

(a) LUIZ EDUARDO TRIGO RONCAGLIO

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COMISSÃO ELEITORAL
ELEIÇÃO-FORMAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE PARA
ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ (2006/2008)

CÔMPUTO GERAL DA APURAÇÃO DOS VOTOS

	Candidatos	Votos Capital	Votos Interior	Total de Votos
1º	Olympio de Sá Sotto Maior Neto	121	191	312
2º	Milton Riquelme de Macedo	110	110	220
3º	Lineu Walter Kirchner	70	103	173
4º	Munir Gazal	81	68	149
5º	Arion Rolim Pereira	52	73	125
6º	Fuad Chafic Abi Faraj	25	45	70
7º	Yedo de Faria Pinto Neto	14	4	18
	Branços	0	3	3
	Nulos	1	0	1

Parecer da Comissão Especial:

Deputado Durval Amaral

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governador Roberto Requião encaminhou à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a indicação do Dr. Milton Riquelme de Macedo para que este seja reconduzido ao cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná.

Houve por bem V. Exa., cumprindo o disposto do Regimento Interno, determinar à Comissão Especial para que ouvisse o Dr. Milton Riquelme e ao final apresentasse o parecer.

Tendo em vista que o Dr. Milton Riquelme de Macedo, já no ano de 2004 foi ouvido pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que durante os anos de 2004 e 2005 desempenhou as suas funções de Procurador-Geral de Justiça, com toda seriedade e competência, discernimento que o cargo requer. Tendo em vista ainda, o trabalho ímpar desenvolvido pelo Dr. Milton à frente da Procuradoria, essa Comissão chega à conclusão que deve o Plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, votar favoravelmente ao nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-Geral de Justiça do nosso Estado.

Este Sr. Presidente, é o parecer da Comissão designada por V. Exa.

Encaminhamentos:

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, nobres companheiros.

Queria dizer que também entendemos do Dr. Milton Riquelme, porque acompanhamos o seu trabalho, um trabalho extraordinário, importante.

Mas, queria expressar aqui o meu reconhecimento pelo trabalho do Dr. Olympio Sotto Maior, assim como do Dr. Lineu Walter Kirchner que ficou em terceiro lugar.

O processo democrático é do Governador, a indicação é esta. Nós vamos aprovar conforme já foi colocado pelo relator e pela bancada. Mas desenvolvi um trabalho em Londrina durante muitos anos, com o Dr. Olympio. É o nome que merece esse registro aqui na Assembléia Legislativa pelo que ele representa para todos nós no Estado do Paraná, muito especialmente na luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Queria apenas fazer esse registro, Sr. Presidente.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Vou encaminhar pela minha consciência, e como é um direito que cabe a nós que temos mandato nesta Casa, vou votar contrário. Sei que a votação é secreta, mas vou explicar o porquê. Primeiro: que essa questão da eleição é uma questão que envolve todos os Procuradores do Estado do Paraná. Quando encaminho aqui, não há nada pessoal contra o escolhido pelo Governador, não há nada contra a figura pessoal do Dr. Milton, mas estou encaminhando porque acho que se há uma eleição, ela deve ser respeitada, senão não adianta democracia neste país.

Se um Procurador atinge a maioria dos votos, se ele consegue a maioria dos votos de todos os Procuradores e daí ele não é indicado, não precisa mais eleição, temos que fazer aclamação, temos que tirar isso da Constituição do Paraná, porque não adianta eleição. Se votaram os legítimos e que têm o direito do voto, quem é que tem o direito do voto? O direito ao voto são dos Srs. Procuradores do Estado do Paraná. Eles votam, escolhem e o mais votado foi o Dr. Olympio de Sá Sotto Maior Neto, que inclusive já foi Procurador-Chefe do Estado do Paraná.

Mas, de repente, somos surpreendidos de novo, e volto a dizer aqui, a imprensa às vezes cobra que os Deputados da Bancada do Governo - e eu faço parte da Bancada do Governo - dizem amém sempre ao Governador. Não é verdade. É preciso dizer sim a tudo que for interesse deste Estado, e principalmente do Governo, que as coisas boas vão ter sempre o meu voto favorável, o meu apoio. Agora, aquilo que entender que o Governo não faz correto, não preciso engolir goela abaixo, porque senão não justifica eu estar neste plenário! Vou para casa, não quero ser mais Deputado porque não posso manifestar o que penso.

Em respeito ao Ministério Público, hoje declino publicamente; não sei serei o único, quem sabe seja, pode ser que mais alguém tenha o mesmo pensamento meu. Mas, quero votar aqui, volto a dizer, nada pessoal contra o Dr. Milton, estou dando aqui o meu voto por entender que se tem uma eleição, se há uma eleição democrática, feita dentro do Ministério Público, em que convocam os Procuradores, que se convocam todos durante um dia para votar, todos passam o dia votando, deixam os seus afazeres, participam de uma votação e aí um ganha, aí o Dr. Olympio Sotto Maior ganhou, mas agora ele não vai ser indicado, porque a legislação, a lei do Estado diz que o Governador pode escolher um dos três. Então, não precisa eleição, vamos mudar a lei, não tem mais lei então; vamos fazer uma lista tríplice, não precisa eleição porque simplesmente o que ganhou não leva, de novo! Na última vez isso também aconteceu e ficamos quietos. Agora resolvi me pronunciar.

Com todo respeito que tenho à figura do Governador Roberto Requião, não posso concordar com essa indicação que está fazendo a esta Casa.

Não sei se podemos mudar o voto e respeitarmos o que a maioria do Ministério Público quer. Teria uma nova eleição? Não sei.

Nós que fazemos leis neste Paraná, temos que engolir isso aqui? O que a imprensa vai dizer amanhã?

Vejo alguns dizendo que o Governador tem poder de sobra na Assembleia Legislativa.

Estamos falando da democracia. Corremos atrás de votos a cada quatro anos. Imagine se conseguíssemos ganhar a eleição e não levássemos. Como nos sentiríamos? O Deputado Luiz Carlos Martins, que já foi um dos mais votados nesta Casa, não teve o mandato porque estava mal posicionado no Partido naquela época, acabou não ganhando a eleição. Como se sentiu o Deputado Luiz Carlos Martins?

Estou votando a favor da democracia, porque senão não adianta mais votar. Estou exercendo aqui o direito de se respeitar o que definiu a maioria dos Procuradores do Estado do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Só informando a V. Exa. que é a Constituição Federal que estabelece que tem que ser lista tríplice.

Deputado José Maria Ferreira (PMDB)

Para encaminhar, o Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A cada dois anos fazemos aqui a votação homologando ou não, a indicação do Sr. Presidente.

O artigo 114 da Constituição do Estado, em seu inciso II, estabelece que o Governo do Estado nomeará o Procurador-Geral de Justiça, mediante votação da classe e apresentação de uma lista tríplice.

Tivemos nessa disputa valorosos servidores da Justiça do nosso Estado. Ressalto aqui a figura do Procurador Olympio Sotto Maior, com quem tive o privilégio, quando Prefeito, de desenvolver um dos trabalhos, inicialmente naquele momento, quando ele ainda era Promotor em Ponta Grossa e foi até Ibiporã discutir a questão do Estatuto da criança e do Adolescente. Sem dúvida nenhuma um grande operador da Justiça do nosso Estado. Sempre fez por dignificar sua atuação, sua profissão. Enquanto Procurador, deu exemplo de retidão, de seriedade, de respeito ao Estado do Paraná e, sobretudo, à sua instituição o Ministério Público.

O Governador tem atribuição. E é de sua competência a escolha. Isso está estabelecido tanto na Constituição do Estado, promulgada em 1989, quanto na Constituição Federal, promulgada em 1988.

O que estamos fazendo aqui é estritamente legal. Agora, evidentemente que foi uma escolha do Governador. Como também temos na mesma lista Lineu Kirshner, um excelente Promotor-Público, Procurador, que já ocupou cargo na Procuradoria, no período da Maria Tereza Uile; como também temos o ex-Promotor de Justiça da cidade de Londrina, Munir Gasao, um dos grandes cons-

titucionalistas que temos, preparado, capaz e que, com certeza, também teria condições de desempenhar o papel de Procurador-Geral da Justiça, com a maior lisura e o maior exemplo de competência, mas é uma atribuição do Governador a sua indicação, diante de uma lista tríplice, e aqui fez o exercício dessa competência.

Se fosse escolhido o que logrou a maior votação, evidentemente, ficaria até mais simpático com a classe, mas é uma escolha do Governador e ele sempre entendeu que quando traz o “prato feito” para ele ou a escolha pronta, ele perde a condição da decisão. Infelizmente, isso não aconteceu e reconhecemos a competência do Dr. Olympio Sotto Maior, mas vamos acatar a decisão do Sr. Governador, porque ela é constitucional e não há nenhum demérito, igualmente, sobre a figura do Dr. Riquelme de Macedo.

Esses eram os esclarecimentos que eu tinha que pontuar com relação à eleição secreta que logo faremos.

Muito obrigado!

Deputado Durval Amaral (PFL)

O SR. DURVAL AMARAL (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Qualquer dos membros do Ministério Público que pleitearam a indicação para o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná, tenho certeza absoluta que preenchem todos os requisitos, porque se não os preenchessem, sequer teriam sido candidatos.

O que se questiona é a discricionariedade - ou pelo menos é o que foi questionado, neste momento - do Sr. Governador, de ao invés de escolher o primeiro colocado optar pelo segundo, mas ele, o Governador, nesse aspecto, age estritamente dentro da lei, não extrapolou um milímetro. Por quê? Poderíamos dizer que temos três atos de vontade, mas dois muito claros que poderíamos colocar neste momento: que é o ato de vontade composto e o ato de vontade complexo.

O ato de vontade composto é quando não é dado ao Governador a oportunidade de livremente escolher, ele não tem o caráter discricionário, que vai ser exatamente a votação que faremos aqui na terça-feira, um ato de vontade composto, onde a Assembleia Legislativa, soberanamente, escolhe o seu representante, escolhe o seu indicado para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Este é um ato de vontade composto, onde apenas incumbe ao Governador a eficácia do ato, que é a nomeação, mas ele não pode se furtar dessa nomeação porque se assim o fizesse, automaticamente estaria cometendo atos dos mais diversos, atentados contra a impessoabilidade, contra a imoralidade e até de improbidade.

Nesse caso específico do Ministério Público, da Procuradoria, o Governador tem um ato de vontade complexo. O que significa?

Ele tem a discricionariedade. Ele pode escolher do primeiro ao terceiro lugar da lista e, efetivamente, submete isso à Assembleia Legislativa e votamos favoravel-

mente ou não votamos, mas é da discricionariedade do Governador. É prerrogativa do Governador.

Trabalhei com o Dr. Olympio Sotto Maior, uma pessoa extremamente qualificada, principalmente na área da infância e da juventude, quando fui Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social no Governo do Paraná. Todas as nossas ações na Secretaria eram desenvolvidas em parceria com o Dr. Olympio. O Dr. Lineu, que trabalhou assessorando a Dra. Maria tereza, uma pessoa extremamente qualificada, preparada. Mas, não vejo nenhum constrangimento, Deputado Dobrandino e nenhum deslize neste momento, de o Governo do Estado indicar o Dr. Milton Riquelme.

Então, com muita tranquilidade, se me permite aqui o meu Líder Valdir Rossoni, não se trata de Situação ou de Oposição, mas do exercício de uma prerrogativa parlamentar, deveremos votar favoravelmente à indicação do Dr. Milton Riquelme, até por respeito à sua tradição, ao seu passado, à sua qualificação profissional como Procurador de Justiça do Estado do Paraná.

Queria só fazer esses esclarecimentos, que efetivamente entendo que nesse ponto o Governador não se desvia uma vírgula do que diz a Constituição Federal, a Constituição Estadual e o próprio Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Deputado Valdir Rossoni (PSDB)

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, gostaria de colocar a minha posição, publicamente, porque o voto é secreto. Quero dizer que votarei favorável à indicação do Governador e quero me contrapor às posições que respeito, mas discordo do Deputado Jocelito Canto.

Ora, vivemos em um país democrático e quem votar a favor ou contra não quer dizer que não seja democrático porque estamos aqui para respeitar a Constituição. E a Constituição diz que a lista é tríplice. Não quer dizer com o meu voto favorável à indicação do Governador, que eu seja contra o Dr. Olympio, do qual sou amigo, admirador do seu trabalho. Mas, não podemos fazer julgamento moral de um cidadão que tem todos os indicativos do seu trabalho de respeito, de dignidade, devido a uma discordância da lei.

Nós, legisladores, temos um grave defeito. Só lembramos de legislar quando estamos à beira de uma decisão. Está aí o maior exemplo que está acontecendo no Congresso Nacional. A maior incompetência do Congresso Nacional, na questão da verticalização. Todos sabíamos que para ter certeza que a verticalização cairia, teria que ter votado essa questão um ano antes, para não surgir agora esta polêmica. E o que acontece?

O Congresso Nacional fica dormindo dentro do marasmo que é aquilo, e aprovam uma lei fora de data e que agora o Supremo terá que se pronunciar. Há advogados que acham que é constitucional, outros acham que não é. Mas, está criada uma polêmica entre os Poderes.

Agora, estamos aqui votando Procurador. E, de repente, nos levantamos contra a lista tríplice. Ora, a lista tríplice está aí há vários anos. Quem era contra a lista tríplice que se levantasse, fizesse um movimento e mudasse a lei. Agora, não podemos colocar aqui que ao respeitar a lei como estamos respeitando, que não somos democráticos. Eu sou democrático e voto pela indicação do Governador Requião, porque acho que a pessoa que ele está indicando está acima dos poderes. Está acima dos partidos, está acima dos interesses pessoais. É um homem que merece o nosso respeito e por esta razão, os amigos que estão me ouvindo neste momento, quero fazer o meu pedido para que todos votem favorável, porque o trabalho que ele exerceu já demonstrou que tem condições de dar continuidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Gostaria também, na condição de Líder do Partido Democrático Trabalhista, externar aqui a nossa posição em nome do Deputado Luiz Carlos Martins, em nome do Deputado Augustinho Zucchi. Somos favoráveis à indicação do Dr.

Milton Riquelme de Macedo, mesmo sendo uma votação secreta. Publicamente, gostaríamos de externar a nossa posição, coadunando com o que colocou o Líder da Oposição, nesta Casa, Deputado Valdir Rossoni.

Também temos uma posição de contrariedade ao Governo, mas respeitamos a atribuição governamental e temos que ser democratas e entender que a lei precisa ser cumprida. Nós, legisladores, temos que sair em consonância e em defesa da própria lei, porque senão estaremos agredindo a nossa própria condição de legisladores, de fiscalizadores, sim, das atitudes de todos aqueles membros que estão dentro da nossa atribuição. Mas esta é uma discricionariedade do próprio Governador, que respeitamos e acatamos na tarde de hoje e votaremos favoravelmente à indicação do Sr. Governador Roberto Requião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Fica registrado, Deputado Barbosa, a posição favorável da Bancada do Partido Democrático Trabalhista, em favor da indicação do Procurador de Justiça, Dr. Riquelme de Macedo.

Com a palavra, o Deputado Dobrandino da Silva.

Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Imagino que como eu, todos nós temos respeito enorme pelos três procuradores que participaram e estão na lista. Dr. Olympio Sotto Maior é da minha cidade de

Foz do Iguaçu, uma pessoa que tem um trânsito maravilhoso no Governo. É amigo do Governador. Imagino que os três têm os mesmos méritos. Primeiro, é constitucional a forma como o Governo está escolhendo. Eu diria que nem uma escolha está apenas, Srs. Deputados, reconduzindo alguém que está no cargo e faz um bom trabalho. O Dr. Riquelme de Macedo é um Procurador respeitado. Imagino que uma discussão neste momento, Srs. Deputados, é polemizar dentro da instituição do Ministério Público. Quero pedir a compreensão dos Srs. Deputados, para que votemos favorável à indicação do Dr. Milton, embora o Governador deu a sua preferência, na recondução ao cargo.

Com certeza deixamos de abrir uma polêmica dentro da própria instituição. Quero agradecer e acho que o Governador escolheu bem.

Deputado André Vargas (PT)

O SR. ANDRÉ VARGAS (**Para Encaminhar**)

Não poderia deixar de usar a palavra neste momento, porque fui acionado pelo Procurador Sérgio Boto de Lacerda, por declarações que fiz, aqui, pelo episódio do acordo envolvendo verbas e sucumbências para os procuradores do Estado.

Esse acordo foi cancelado pelo Ministério Público e desistiu de uma ação - o Tadeu Veneri também se pronunciou à época, aliás, ele que trouxe a público -, de um acordo que foi feito entre o Governo do Estado ou o Procurador-Geral do Estado do Governo do Paraná, Sérgio Boto de Lacerda, com o Milton Riquelme. Inclusive, com uma terminologia, talvez, muito ríspida na época, no sentido que houve um conluio. Respondi uma ação judicial, repeti tudo aquilo que disse, porque não tenho dúvida que foi um equívoco.

Ontem, o Dr. Milton Riquelme aqui esteve e eu repeti para ele, que achei aquele acordo - e não fui só eu e nem o Deputado Tadeu Veneri -, o próprio conselho do Ministério Público decidiu restaurar a ação - ao fazer todos os movimentos possíveis -, que lesou o Paraná, os cofres públicos e os cidadãos paranaenses, beneficiando os procuradores do Estado, não os promotores, com verba de sucumbência, sem lastro legal, já que a lei aprovada nesta Casa não daria guarida a demandas anteriores.

Sr. Presidente, companheiros Deputados e Deputadas, vou votar no Dr. Milton Riquelme, lamentando a postura não democrática do Governador. A categoria escolheu o Dr. Olympio Sotto Maior, a quem lego uma forma reverencial da ação do Ministério Público. Homem que instalou neste Estado, todos sabem, praticamente mobilizou este Estado para a constituição dos Conselhos Municipais, o Conselho Estadual e também os Conselhos Tutelares dos Direitos da Criança e Adolescentes. Mais do que isso, mobilizou o Ministério Público para discutir os investimentos em saúde e educação, coisa fundamental nos tempos de hoje e que até o momento ainda gera polêmica aqui no Paraná e também no Brasil todo com rela-

ção à aplicação dos 12% e o Ministério Público tem um papel importante.

Portanto, ao votar no Dr. Milton, disse-lhe isso tudo, que ele tem o compromisso de fazer valer a Constituição do Estado do Paraná e a Constituição brasileira. Mais do que isso, estimular na sociedade a constituição de Conselhos Democráticos. Disse-lhe também que, lamentavelmente, o Ministério Público do Estado tem sido, no meu entendimento, bastante cordato com o Governo do Estado e muito severo com os municípios - são valentes contra os Prefeitos do interior, mas são muito cordatos com relação ao comprometimento de qualquer Governo do Estado e não vale nem para esse, porque no Governo anterior também. O Ministério Público tem esse papel de manter o equilíbrio.

Portanto, Sr. Presidente, voto e sem dúvida nenhuma o Governador deve ter os seus critérios para fazer a escolha do segundo colocado. Lamento por entender que não é democrático, mas voto porque está dentro da lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nereu Moura**)

Com a palavra o Deputado Ângelo Vanhoni.

Deputado Ângelo Vanhoni (PT)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não iria me manifestar a esse assunto, mas acho importante fazermos uma breve reflexão.

Na minha opinião, acho que o que precisaria de correto, era uma mudança na Constituição Federal. O Ministério Público do Estado do Paraná deveria eleger ou no colégio dos Procuradores ou no corpo de todos os Promotores, o que acho mais correto, o seu representante, seu Procurador-Geral de Justiça em cada Estado. Isso demanda uma mudança na Constituição Federal.

O Governador do Estado, findo o pleito e sou conhecido e conheço muito bem vários Procuradores, conheço quem estava disputando as eleições e os três Procuradores que foram sufragados pela classe, são pessoas honradas, todos têm condições de estarem à frente do Ministério Público do Estado do Paraná. O Olympio Sotto Maior já foi Procurador do nosso Estado e foi o mais votado, com quem nutro uma amizade particular e por quem tenho uma admiração pelo trabalho de renovação e reformulação do papel do Ministério Público no Estado do Paraná. É através da ação do Procurador Olympio e dos seus Pares que o Ministério Público mudou no Estado do Paraná, preocupando-se com a infância e com a juventude, preocupando-se com a preservação do meio ambiente no nosso Estado, fazendo com que as coordenações e o trabalho dos Promotores, depois da Constituição de 88, cumprissem o seu papel na sociedade paranaense.

No entanto, a lista tríplice foi enviada ao Governador do Estado. O Governador do Estado escolheu e desig-

nou, como manda a Constituição, o Procurador Milton Riquelme, a quem tenho também profunda admiração e que continua dentro do processo de renovação do Ministério Público do Estado do Paraná, um belíssimo trabalho de resgate e respeito dessa instituição. Lembrei aos meus amigos e companheiros do PT, que há tempos atrás, antes de 88, o Ministério Público não corresponda com as mesmas atribuições na sociedade. O Ministério Público do Estado mais forte do país sempre foi um Ministério Público de certa maneira conservador, sem nenhuma vinculação com os interesses da maioria da população do Estado de São Paulo.

Naquela oportunidade, fruto do processo de redemocratização do país, entrou em lista tríplice um procurador chamado Luiz Fernando Maren. O então Governador Mário Covas, que era o Governador que foi eleito pelo PMDB do Estado de São Paulo, que todos nós conhecemos, trouxe o Maren, que foi o último colocado na lista tríplice para ser o Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

Pois bem, vem de lá do Estado de São Paulo, vem daqui também da atuação do Olympio Sotto Maior e de outros Procuradores do Brasil inteiro, uma renovação e uma afirmação do Ministério Público em todo o país

Então, gostaria que, neste momento, a Assembléia cumprisse o seu papel, não criasse nenhum constrangimento entre o Ministério Público e a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque nós não compete escolher este ou aquele Procurador, compete referendar ou não a escolha do Governador do Estado. E eu peço aos meus companheiros do PT e aos Deputados Estaduais que votem e referendem a designação do Governador Roberto Requião. O Milton Riquelme é um homem honrado e junto com o Olympio Sotto Maior e com os outros Procuradores hão de conduzir o Ministério Público para que cumpra os seus direitos constitucionais aqui na sociedade paranaense.

Queremos mudar e junto com os Procuradores podemos propor no Congresso Nacional uma lei que altere dando prerrogativas apenas aos Promotores e aos Procuradores à escolha do seu representante, do seu chefe, como acontece na magistratura. Essa é uma demanda para o Congresso Nacional, a qual os Procuradores do Estado do Paraná, se assim quiserem, nós temos trinta Deputados aqui no Estado do Paraná que podem subscrever uma Emenda na Constituição Federal.

Sr. Presidente, muito obrigado, quero esclarecer o meu voto nessa questão polêmica que se instalou aqui hoje na Assembléia.

Votação:

O SR. PRESIDENTE (**Nereu Moura**)

Não havendo mais inscritos, vamos à votação.

Solicito ao 1º Secretário - Deputado Ailton Araújo, que proceda à chamada nominal.

Quem quiser votar a favor da designação do Dr. Milton Riquelme, vote SIM.

Quem for contra, naturalmente vota NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ailton Araújo**)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Parlamentares)

Sr. Presidente, 46 Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Nereu Moura**)

Solicito os Deputados André Vargas, José Maria Ferreira e Augustinho Zucchi, para o escrutínio dos votos.

Em nome da Deputada Cida Borghetti registramos com satisfação a presença do Prefeito da cidade de Castelo Branco, Waldomiro. Seja bem-vindo a esta Casa.

Votaram 31 Deputados SIM e 15 Deputados NÃO.

Foi aprovada a indicação do Procurador Milton Riquelme de Macedo para ser o Procurador-Geral da Justiça.

O SR. LUIZ NISHIMORI (PSDB)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Diamante do Norte, Pedro Perez.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária Especial.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Presidência

Decreto Legislativo

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001/06

Súmula: Aprova o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para o cargo de Procurador-Geral da Justiça.

Data: 07 de março de 2006.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 173 da Constituição Estadual combinado com o artigo 122 do Regimento Interno o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica aprovado o nome do Dr. Milton Riquelme de Macedo para ocupar o cargo de Procurador-

Geral da Justiça, com mandato de 02 (dois) anos, contados a partir da data da posse.

Art. 2º Esse Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 07.03.06

(a) HERMAS BRANDÃO

Presidente

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 077/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10192/02, datado de 14 de dezembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a HELENA REGINA STEPHAN MORO, matrícula nº 076, ocupando o cargo de Procurador, 1ª classe, NU-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 06 de dezembro de 2000 e 06 de dezembro de 2005, nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6.174/70. O período da licença especial deverá ser marcado pela requerente junto ao Departamento de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, conforme estabelecido no artigo 250 e parágrafo único da lei retro mencionada.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 078/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 462, datado de 31 de janeiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, BÁRBARA ROCHELLE CRESTANI, do cargo em Comissão, do Gabinete do Deputado Nereu Moura, a partir de 31 de janeiro de 2006.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no inciso IV, do artigo 28, do Regimento Interno desta Casa de Leis,

R E S O L V E :

comunicar aos Presidentes das Comissões Permanentes e Especiais, da vedação do encaminhamento de pedidos de informações à Secretários de Estado e outras autoridades, formulados pelas comissões, sem a devida aquiescência da Mesa Diretora.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 079/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7523, datado de 28 de setembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a IRACY LANGUE SILVERIO, portadora do RG nº 254.210-PR, e do CFP nº 004.096.939-87, viúva do ex-Deputado Estadual Erondy Silvério, falecido em 25 de setembro de 2005, pensão mensal estabelecida pela Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 080/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 4471, datado de 13 de junho de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a MARIA JOSÉ DE LARA MIGUEL, portadora do RG nº 480.035-4-PR, e do CFP nº 428.908.299-87, viúva do ex-Deputado Estadual Abrahão Miguel, falecido em 06 de março de 2005, pensão mensal estabelecida pela Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data do pedido.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 21.02.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 081/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 10325, datado de 19 de dezembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a DARCY SEIFERT BARANIUK, portadora do RG nº 1.187.732-PR, e do CFP nº 038.131.499-51, viúva do ex-Deputado Estadual Marciano Baraniuk, falecido em 14 de dezembro de 2005, pensão mensal estabelecida pela Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 21.02.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Diretoria Geral:***Portarias***

PORTARIA Nº 015/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10404, datado de 22 de dezembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, o servidor deste Poder Legislativo, AUGUSTO CARLOS KIRCHNER, matrícula nº 40.983, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 016/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10404, datado de 22 de dezembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, o servidor deste Poder Legislativo, DEONILSON ROLDO, matrícula nº 117, para que possa atuar na Assessoria do Gabinete do Prefeito, a partir de 16 de março de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 017/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10404, datado de 22 de dezembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição da Prefeitura Municipal de Curitiba, a servidora deste Poder Legislativo, LÚCIA JOVITA INÁCIO, matrícula nº 40.555, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 018/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 645, datado de 08 de fevereiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição da Prefeitura Municipal de Guaratuba, o servidor deste Poder Legislativo, PAULO ROBERTO DE SOUZA JAMUR, matrícula nº 40.417, para prestar serviços junto àquela Prefeitura, no período compreendido entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2006, sem ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 019/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 610, datado de 07 de fevereiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição do Governo do Estado, o servidor deste Poder Legislativo, MARCO AURÉLIO SALDANHA ROCHA, matrícula nº 377, para prestar serviço junto à Casa Civil, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 020/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 609, datado de 07 de fevereiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição da Secretaria de Estado dos Transportes, a servidora deste Poder Legislativo, MARI-

ANA CAZAMAJOU CELLI, matrícula nº 40.255, até 31 de dezembro de 2006, para prestar serviços junto ao Departamento de Estradas e Rodagem-DER, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 021/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 263, datado de 18 de janeiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição no Tribunal de Justiça, da servidora deste Poder Legislativo, TEREZA CRISTINA A. CAMARGO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, matrícula nº 41.012, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 022/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 262, datado de 18 de janeiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição do Tribunal de Justiça, o servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FRANCISCO DE FREITAS, matrícula nº 40.922, para o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 023/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 146, datado de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição do Ministério da Educação, o servidor deste Poder Legislativo, LUIZ FERNANDO KUBRUSLY, matrícula nº 6275, para exercer suas atividades no serviço de Cirurgia Torácica e Cardiovascular do Hospital de Clínicas da UFPR, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 024/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 144, datado de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição da Secretaria de Estado da Educação, o servidor deste Poder Legislativo, ALEXANDRE JOSÉ RAMOS, matrícula nº 2682, ocupante do cargo em Comissão, para prestar serviços junto ao Paraná Esporte, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 025/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 040, datado de 09 de janeiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a servidora deste Poder Legislativo, MARLI DE VARGAS, matrícula nº 40.745, para prestar serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 026/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 039, datado de 09 de janeiro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

colocar, à disposição da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, a servidora deste Poder Legislativo, MARIA SALETE DA FONSECA BORBA, ocupante do cargo em comissão, matrícula nº 5875, para prestar serviços junto ao Instituto Ambiental do Paraná - IAP, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 027/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição para prestar serviços junto à Paraná Esporte, vinculada à Secretaria de Estado da

Educação - SEED, o servidor deste Poder Legislativo, ALDINO JORGE BUENO, matrícula nº 5619, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 028/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição para prestar serviços junto à Secretaria Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral, o servidor deste Poder Legislativo, CARLOS EMILIANO FERREIRA DELAZARI, matrícula nº 4432, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 029/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em

vista o que consta no processo protocolado sob o nº 10098, datado de 13 de dezembro de 2005, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição da Celepar, o servidor deste Poder Legislativo, GEREMIAS JOSÉ DO NASCIMENTO, matrícula nº 5644, até 31 de dezembro de 2006, com ônus para o órgão de origem, sem ressarcimento.

Gabinete da Diretoria Geral, 15.02.05.

(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 030/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 1508, datado de 08 de março de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à funcionária ROSA MEIRE TEIXEIRA CESÁRIO PEREIRA, matrícula nº 40.046, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NBB-03, lotada no Gabinete da Procuradoria Geral, férias regulamentares referentes ao exercício de 2005, a partir de 25 de abril de 2006.

Gabinete da Diretoria Geral, 08.03.05.

(a) ABIB MIGUEL

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX